

Testemunho do autor da ideia legislativa

A cidadã Verônica Pacheco da Silva, de João Pessoa, é autora da ideia legislativa “Reajuste e equiparação do Auxílio-Saúde ("per capita") dos Servidores do Executivo Federal”, que alcançou mais de 20 mil apoios.

Sobre o testemunho do autor

O testemunho é um documento produzido pelo autor da ideia legislativa, que pode enviá-lo por escrito, em áudio ou em vídeo. Quando necessário, a equipe do e-Cidadania realiza a transcrição do material enviado pelo autor, adapta o texto para melhor clareza e fluidez, realiza correções gramaticais e ajusta sua estrutura, mantendo integralmente o conteúdo original.

Após a elaboração, o testemunho é enviado ao autor para revisão final, aprovação e autorização formal para publicação. Dessa forma, o documento constitui um retrato fiel das opiniões e do pensamento do cidadão, assegurando autenticidade e precisão ao conteúdo apresentado.

A elaboração assistida do testemunho é uma forma de ampliar e facilitar a participação popular no processo legislativo, garantindo que cidadãos com diferentes níveis de escolaridade possam expressar seus argumentos claramente aos parlamentares.

O conteúdo do testemunho é de inteira responsabilidade do autor da ideia. Ressalta-se que, em alguns casos, a equipe do e-Cidadania também utiliza recursos de inteligência artificial para auxiliar na formatação e edição desses depoimentos.

Minha trajetória profissional foi de superação

Sou Verônica Pacheco da Silva, tenho 61 anos, filha de Manoel Pacheco da Silva e Inácia Ferreira dos Santos. Moro em João Pessoa (PB) e sou servidora técnico-administrativa da Universidade Federal da Paraíba há 31 anos.

Sou filha de agricultores analfabetos. Quando nasci, meu pai tinha 67 anos e morava em terras de fazendeiro, na zona rural, no município de Tacima, interior da Paraíba. No auge do êxodo rural, em 1970, ele migrou para o Rio de Janeiro com toda a família, em busca de emprego e melhores condições de vida. Ao chegar ao Rio, sem profissão, com experiência apenas na roça e a idade já avançada — 73

anos —, não consegui emprego. Ficamos lá por apenas dois anos. De volta à Paraíba, recomeçamos a vida na roça, mais uma vez em terras de fazendeiro.

Meu dia começava às seis horas da manhã, na roça

Comecei minha trajetória profissional aos oito anos de idade. Só comecei a frequentar a escola aos dez: meu dia começava às seis da manhã, na roça ao lado dos meus pais e irmãos; à tarde, eu e meus irmãos íamos para a escola. Assim foi toda a minha infância e pré-adolescência.

Em 1979, aos 15 anos, meu pai, já aposentado, resolveu migrar para a cidade de Guarabira. Daí em diante, passei por várias experiências profissionais: trabalhei em fábrica de agave, fábrica de colorau, armarinhos, lojas de calçados e de roupas; fui até feirante e sacoleira.

Em 1994, já casada e mãe de dois filhos, resolvi estudar para concurso. Passei no concurso da UFPB e tomei posse em janeiro de 1995. Chegando à universidade, resolvi estudar no cursinho pré-vestibular — trabalhava durante o dia e estudava à noite. Consegui passar no vestibular para Serviço Social e me formei assistente social em 2004.

Na UFPB passei por várias experiências profissionais: assumi cargos de direção, fui conselheira eleita no Conselho Superior da Universidade (CONSUNI) e ocupei cargos de direção no Sindicato da categoria técnico-administrativa, o SINTESPB. Atualmente, sou diretora financeira do SINTESPB e conselheira eleita no Conselho de Administração da GEAP Saúde (CONAD).

Estou comprometendo um terço do meu salário com o plano de saúde

Nas reuniões do Conselho da GEAP, tenho acesso às propostas de convênios entre a GEAP e os órgãos públicos de todos os poderes, e vejo uma disparidade enorme nos valores do auxílio. Há órgão que chega a pagar 90% do valor do plano de saúde dos seus servidores, enquanto os servidores do Executivo Federal pagam quase 100% do seu plano, pois o valor do auxílio é irrisório — em muitos casos, não chega a 10% do valor do plano.

Com um auxílio-saúde tão baixo, estou comprometendo um terço do meu salário com o pagamento da mensalidade, perdendo poder de compra e reduzindo recursos para outras despesas essenciais, como alimentação, moradia e lazer — e correndo o risco de endividamento.

Nunca cancelei o plano, mas às vezes tenho receio de algum dia não poder arcar com o pagamento, porque temos um auxílio muito baixo, sem reajuste anual,

enquanto as operadoras reajustam os valores anualmente. E, a cada dia, a saúde fica mais cara no Brasil.

Vejo a tristeza nos olhos dos colegas

Constantemente vejo a tristeza nos olhos dos colegas de trabalho ao relatarem que saíram do plano de saúde, ou mudaram para uma modalidade inferior, por falta de condições financeiras — indo, dessa forma, engrossar as fileiras do SUS.

Ao analisar os convênios com os poderes Judiciário e Legislativo na esfera estadual, e com o Ministério Público, vi uma diferença enorme em relação aos valores praticados no auxílio-saúde do Executivo Federal. Então, resolvi pesquisar os valores praticados nos poderes Judiciário e Legislativo federais. O que mais me chamou atenção: no Judiciário, o menor valor do auxílio é superior ao maior valor pago no Executivo, e os servidores acima de 50 anos recebem um auxílio 50% maior que os demais — e o auxílio independe do valor da remuneração do servidor. Outra observação: no Poder Judiciário Federal existem apenas duas faixas etárias de contribuição (de 0 a 49 anos e de 50 anos acima), enquanto no Executivo Federal existem dez faixas, que ainda levam em consideração a remuneração do servidor.

Essa diferença fere o princípio da isonomia

Essa diferença no valor do auxílio é danosa e fere o princípio da isonomia, com tratamentos desiguais. Não se justifica essa diferença, pois o custeio com saúde tem o mesmo valor para todos. Essa desigualdade gera distorção de equidade entre os poderes da União, causando tamanha injustiça.

A defasagem do auxílio-saúde pago aos servidores do Executivo Federal, consolidada pela falta de reajustes entre 2016 e 2024, gera consequências profundas para a sociedade. Escancarar a disparidade entre servidores do Executivo e outros poderes, como o Judiciário — onde o auxílio é significativamente maior —, viola o princípio da isonomia. Com o custo dos planos de saúde privados superando o auxílio defasado, muitos servidores são forçados a cancelar seus planos e migrar para o SUS, aumentando a demanda sobre o sistema público, que já opera no limite. A dificuldade em manter planos de qualidade leva a tratamentos tardios, piorando a saúde física e mental dos servidores e refletindo diretamente na eficiência do serviço público prestado à sociedade. Doenças não tratadas podem resultar em incapacidade para o trabalho, gerando perda de renda familiar e impacto no PIB — especialmente pelo envelhecimento da força de trabalho.

O congelamento desses valores funciona, na prática, como uma redução da renda real dos beneficiários, intensificando a precarização do trabalho e limitando o acesso à assistência médica de qualidade. A desatualização dos benefícios

contribui para que mais cidadãos recorram à Justiça para garantir tratamentos e medicamentos, congestionando o Judiciário.

A união e a mobilização fazem a força

A motivação para protocolar essa ideia legislativa nasceu da observação dos relatórios mensais de evolução da carteira de beneficiários da GEAP: um número muito alto de inadimplência e de cancelamentos do plano de saúde por falta de condições financeiras. E também da minha própria experiência de vida e resiliência — sobretudo da minha formação acadêmica como assistente social, que me faz acreditar no êxito da tramitação e na aprovação desta sugestão legislativa pelo Congresso Nacional.

Acredito que a união e a mobilização fazem a força, podendo sensibilizar nossos parlamentares para a criação e votação de um projeto de lei que garanta a equiparação do auxílio-saúde, com reajuste anual com base na inflação do setor saúde, para evitar a corrosão do auxílio. Os sindicatos e associações de servidores públicos já se manifestaram em apoio a essa causa.

Aos senadores e senadoras da República que analisarão esta sugestão legislativa, deixo minha mensagem: não deixem que milhares de servidores sejam forçados a cancelar seus planos de saúde, passando a engrossar as fileiras do SUS, por falta de um auxílio-saúde justo e digno.

Não estou sozinha nesta luta

Ver essa ideia alcançar tamanha mobilização mostra que não estou sozinha nesta luta — que ela representa os anseios de milhões de brasileiros e brasileiras, clamando por melhores condições de saúde. E isso só será possível com um auxílio-saúde mais justo e igualitário.

Quero agradecer a todos os cidadãos e servidores públicos que apoiam essa ideia, principalmente os conselheiros eleitos da GEAP, que acreditam nessa ideia legislativa e me ajudaram a divulgá-la.



Documento assinado digitalmente

VERONICA PACHECO DA SILVA

Data: 27/04/2026 15:50:32-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>